



FORMULÁRIO DE COMENTÁRIOS E SUGESTÕES
TOMADA PÚBLICA DE CONTRIBUIÇÕES Nº 4/2018____ - DE 21/09/2018 a 20/10/2018
NOME: INSTITUTO BRASILEIRO DE PETRÓLEO, GÁS e BIOCOMBUSTÍVEIS - IBP

<input type="checkbox"/> agente econômico <input type="checkbox"/> consumidor ou usuário	<input checked="" type="checkbox"/> representante órgão de classe ou associação <input type="checkbox"/> representante de instituição governamental <input type="checkbox"/> representante de órgãos de defesa do consumidor	
Tomada Pública de Contribuições sobre a tutela regulatória da fidelidade à bandeira.		
ASSUNTO	PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
MODELO DE FUNCIONAMENTO E REGULAÇÃO DO MERCADO	Discutir de forma ampla e abrangente o funcionamento do mercado e a regulação pertinente.	<p>A proposição do IBP é que haja uma discussão ampla e abrangente sobre o funcionamento e a regulação do mercado, a partir de experiências internacionais exitosas, explicitando o modelo desejado, para que se tenha um processo evolutivo seguro e planejando de forma cuidadosa etapas de transição e as mudanças necessárias em cada uma delas.</p> <p>Essa discussão deve ser ampla o suficiente para que não somente a regulamentação em si seja avaliada, mas, também, as forças e fragilidades que possam advir como consequência, principalmente as que se referem à tributação, incentivo a investimentos e controle e mitigação de comércio irregular, trazendo para dentro da discussão outros entes de governo, agentes, consultores e universidades.</p> <p>O IBP participou ativamente da abertura do modelo de E&P, que criou uma história de sucesso na entrada de novos agentes e no aumento de investimentos do setor ao longo das últimas duas décadas. Vale aqui destacar importantes medidas que foram implementadas e contribuíram para o aumento da atratividade da indústria brasileira, como: a regularidade dos leilões de blocos exploratórios, a extensão do Repetro até 2040 e o fim do operador único. Por outro lado, o downstream</p>

		<p>também abriu e evoluiu em muitos aspectos, porém foram marcantes os impactos de algumas mudanças abruptas ocorridas no final nos anos 90, trazendo consequências como o fenômeno chamado de "indústria das liminares", que tanto mal causou e que certamente contribuiu para afastar do mercado brasileiro atores históricos e comprometidos. Sugerimos que propostas de alterações sejam analisadas dentro do contexto amplo a que nos referimos, particularmente aquelas capazes de agravar problemas concretos e visíveis existentes no mercado brasileiro hoje.</p>
<p>PROTEÇÃO DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR</p>	<p>Avaliar os impactos da sugerida mudança regulatória nos direitos do consumidor, como garantia de qualidade e procedência do produto e direito a informação.</p>	<p>Neste sentido, entendemos que a vinculação à bandeira é um instrumento de proteção dos direitos do consumidor, cuja fiscalização legal está prevista na lei do petróleo, sendo a garantia de procedência do produto e direito à informação alguns dos principais destes direitos.</p> <p>Em geral, nossa experiência mostra que todo e qualquer direito de proteção à marca e ao consumidor são efetivos nos países onde existem regramento estável e segurança jurídica. No Brasil mesmo os combustíveis comuns passam por processos de misturas - hoje a cargo das distribuidoras - tais como a adição dos biocombustíveis, sendo, portanto, produtos manipulados após sua produção, e que devem receber a proteção da marca para garantia do cumprimento das exigências legais.</p> <p>Se a sugerida mudança regulatória vier a abolir a marca como diferencial de ponto de venda e de seus espaços relevantes, qualquer empresa poderá vender produtos naquele ponto revendedor com outra bandeira, aproveitando-se indevidamente da reputação construída ao longo de anos, sem qualquer tipo de investimento em processo, pessoas e tecnologia embarcadas. Como resultado, cria-se um estímulo de sinalização equivocada ao consumidor, valendo-se da associação que este faz à marca exposta, desestimulando toda uma cadeia de investimento.</p>

		<p>Por outro lado, um distribuidor e um revendedor que passem a comprar produtos de uma marca, exibindo outra, certamente estarão cometendo um delito que será questionado pela parte lesada. Ao cometer um delito como este, ficará claro que tal agente tem em seu padrão de operação, princípios empresariais pouco ortodoxos, indício de que fraudes, falhas ou outros tipos de delitos possam também estar sendo cometidos. O IBP vem há muito tempo defendendo a estruturação de um mercado competitivo e ético, que somente se alcançará pelo estímulo a agentes verdadeiramente comprometidos.</p> <p>Os agentes revendedores podem hoje optar por usar uma marca própria, ou usarem bandeira branca - a legislação assim já o permite. Neste caso, a mensagem que a marca da revenda - seja própria ou da distribuidora a quem está associado - responde pelos atributos expostos em termos de qualidade, tecnologia e serviços, é sempre clara para o consumidor, ainda que, em geral, estes se caracterizem pelo quesito preço e localização junto ao consumidor.</p> <p>O IBP reconhece a evolução deste processo de abertura e obviamente, à medida que se disseminem mais postos de bandeira branca, maior será o desafio de fiscalização.</p> <p>Desta forma, no conjunto de medidas possíveis e até desejáveis de evolução da abertura do mercado - a qual insistimos que seja feita em um contexto mais amplo - o IBP não vê quais seriam os benefícios para o consumidor em abolir a vinculação à bandeira, onde contratualmente ela existir, eliminando a sua respectiva fiscalização.</p> <p>A vinculação à bandeira é um instrumento de proteção dos direitos do consumidor, que garante a procedência e a qualidade do produto e o direito à completa informação. Nosso entendimento é que a ANP tem dentre suas atribuições - segundo a Lei 9478/1997 (Lei do Petróleo) - proteger o consumidor no setor de</p>
--	--	--

		<p>combustíveis, o que, sem dúvida, inclui a fiscalização e a garantia à fidelidade da marca.</p> <p>No que tange à suposta responsabilidade solidária dos distribuidores sobre os postos bandeirados, o IBP entende que se trata de tema já amplamente legislado, não cabendo, portanto, ao órgão regulador, vir a determinar tal responsabilidade.</p>
REVISÃO DO MARCO REGULATÓRIO	Avaliar a regulação de forma ampla, não por tópicos, considerando todas as externalidades que afetam ou são afetadas por uma eventual revisão.	<p>Por fim, o IBP enfatiza, mais uma vez, a interrelação entre diversos tópicos da regulação que hoje se busca modernizar, muitas vezes com consequências não antecipadas e com alcance que ultrapassa a própria regulação, e recomenda que seja revista como um todo, não por tópicos, considerando todas as externalidades que afetam ou são afetadas por uma eventual revisão.</p> <p>Os temas tratados nesta TPC nº 4 são de extrema complexidade e sensibilidade para o mercado e seus agentes. Reafirmamos o interesse e a disponibilidade do IBP em continuar participando de todas as consultas da ANP, para um desenho futuro mais abrangente do mercado de downstream, sem se ater a pontos específicos apenas.</p>

Este formulário deverá ser encaminhado à ANP para o endereço eletrônico: *tpc_fidelidade_bandeira@anp.gov.br*.